



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Estudos Decoloniais

Sinop, v. 13, n. 3 (34. ed.), p. 439-449, ago./dez. 2022

ISSN 2236-3165

<https://periodicos.unemat.br/index.php/reps>

DOI: 10.30681/2236-3165

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS¹

CONTINUING EDUCATION OF TEACHERS TO ATTEND DEAF STUDENTS

Carolina Oliveira Bilheriⁱ

RESUMO

Este artigo discute como ocorre o processo de formação continuada de professores que atuam com alunos surdos, tendo como objetivo compreender quais possibilidades de formação são ofertadas para os professores e se essas são suficientes para sua atuação com esses alunos. A discussão foi fundamentada teoricamente em Vilma Geni Slomski e Ronice Muller de Quadros Lodenir Becker Karnopp. A metodologia baseou-se em uma abordagem qualitativa, mediante entrevistas semiestruturadas com quatro professores da rede pública de Sinop-MT, realizadas no primeiro semestre de 2021. Conclui-se que as formações ofertadas são suficientes para atuação em sala, apesar de serem superficiais em questões práticas.

Palavras-chave: Formação continuada, Educação inclusiva, Educação de surdos.

ABSTRACT²

This paper discusses how the continuing education of teachers proceeds to attend deaf students. Therefore, it aims to understand which possibilities of continuing education are proposed to the teachers and if these are sufficient to work with the deaf students. To support this study theoretically, it runs through Vilma Geni Slomski e Ronice Muller de Quadros Lodenir Becker Karnopp. Methodologically, it sets on a qualitative research approach conducted by semi-structured interviews with four teachers from public schools in Sinop, Brazil, in the first half of 2021. It concludes that the continuing education provided is enough to ensure the work of teachers with deaf students, although in terms of practice they are insufficient.

Keywords: Continuing Education, Inclusive Education, Education of Deaf.

1 INTRODUÇÃO

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: mediação com estudante surdos em sala de aula**”, sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia Proscêncio, Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, 2022/2.

² Resumo traduzido por Elivaldo da Silveira Rosa, mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGLetras/Unemat, Sinop). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8989076509654680>. E-mail: elivaldo.rosa@unemat.br.

O presente artigo discute a formação continuada de professores para a atuação com alunos surdos em sala de aula comum regular, com o objetivo de compreender como ocorre esse processo de formação e se o mesmo fornece os subsídios necessários para se trabalhar com alunos surdos.

De uma maneira geral, a formação continuada torna-se indispensável para a docência, pois, na maioria dos casos, a graduação não é suficiente para a realização deste trabalho. E, no que tange ao trabalho com alunos surdos, a formação continuada servirá de apoio para que os profissionais consigam dar suporte para esses alunos e possam direcionar e garantir o desenvolvimento dos mesmos no meio escolar e social, facilitando a elaboração de planejamentos inclusivos e interativos com os demais alunos da turma.

A metodologia partiu de entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas com os professores para que fossem ouvidos quanto ao que pensam sobre essas formações ofertadas, qual periodicidade ocorreram e quais formações foram ofertadas a estes professores de ensino regular público para atuação com alunos surdos.

Este artigo está organizado nas seguintes seções: o referencial teórico, metodologia, os resultados e as conclusões finais.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é a base para convivermos em sociedade, mas, poucas vezes paramos para refletir sobre sua importância. A educação inclusiva é uma educação para todos, na qual pessoas com deficiências se sentem amparadas e integradas em todos os momentos nessa sociedade.

Para que o surdo consiga, de forma respeitável, se socializar, aprender, estar em comunicação e estar em um perímetro escolar que o acolha e o auxilie, se faz necessário que a educação inclusiva preste recurso para que ele consiga se expressar em sociedade. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 2006, p. 20), em seus pressupostos, afirma que:

É nesse ambiente que crianças com necessidades educativas especiais podem progredir no terreno educativo e no da integração social. As escolas integradoras constituem um meio favorável à construção da igualdade de oportunidades e da completa participação; mas, para ter êxito, requerem um esforço comum, não somente dos professores e do pessoal restante da escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários.

De acordo com esta postura, podemos perceber a relevância de se ter escolas inclusivas para essas crianças serem acolhidas. A escola como um local onde todos possam fazer parte e serem bem recebidos e instruídos.

A inclusão tem como finalidade atender pessoas com deficiências nas expectativas de oferecer condições didáticas e pedagógicas para professores, além de promover um aperfeiçoamento no ensino ofertado aos alunos (VITORINO; ANDERSON, 2020).

Nesse sentido, segundo Lopes (2007, p. 1),

Questionar as formas como a inclusão vem sendo pensada e viabilizada nas escolas parece ser o mesmo que estar tomando uma posição contrária a ela. Diante de tanta militância pela inclusão, penso ser importante deixar claro que propor pensá-la como uma meta narrativa da Modernidade não significa lutar para inviabilizá-la, mas significa uma tentativa de pensá-la para além do binômio reducionista do incluído e do excluído ou do caráter salvacionista que a inclusão parece carregar.

Dessa maneira, “O fundamento da prática inclusiva representa uma expressão de boa prática para todos os alunos” e “requer diferenciação do trabalho de sala de aula” (VITORINO; ANDERSON, 2020). Dessa maneira temos clareza da importância e responsabilidade das escolas em incluir esses alunos de tal maneira a criar momentos agradáveis e que o aluno se sinta seguro o suficiente para se expressar e agir dentro do âmbito educacional.

Sendo assim, há leis que asseguram como direito desses estudantes estarem incluídos e participantes ativos dentro do espaço escolar que está inserido, por exemplo, Lei nº 9.394 em 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 8.069 em 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente: Educação Especial, Decreto nº 7.612, 17 de novembro de 2011 Plano Nacional dos direitos das pessoas com deficiência – viver sem limites, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Lei Brasileira da Inclusão – LBI e outras (VITORINO; ANDERSON, 2020).

Quanto ao aluno surdo, uma possibilidade de ampliar sua comunicação seria pelo ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Língua Brasileira de Sinais é uma linguagem gestual, e usada pelos surdos brasileiros para se comunicar. LIBRAS não é mímica ou gestos, são combinações de sinais. É uma linguagem, assim como qualquer outra, e possui gramática (MEC, 2006, p.17).

Do mesmo modo que todas as línguas, a LIBRAS é dinâmica e sofre mudanças por questões tecnológicas e culturais. A língua brasileira de sinais foi sancionada em 24 de abril de 2002, por artifício da Lei número 10.436, sendo classificada como segunda língua do Brasil, reconhecendo o direito de surdos a uma educação bilíngue em 22 de dezembro de 2005, com a Lei de LIBRAS e o decreto número 5.626.

Apesar de existir leis que os ampare, há também algumas lacunas, que em determinados momentos não são cumpridas, a educação dos surdos por exemplo, enfrentam dificuldades perante a sociedade em convencer que a língua majoritária desses estudantes é a Libras e que, a língua portuguesa estará posterior a ela, sendo necessário para seu desenvolvimento na escrita.

2.1 Formação continuada para educação inclusiva

A docência está sempre em construção (de leis, de conceitos, etc), por isso, a necessidade de estar em processo de desenvolvimento a cada instante. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, apresenta vários artigos acerca de formação continuada:

Art.º. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

[...]

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (p. 26).

Art.º. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim (p. 27).

Art.º. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (p. 31).

Nesse sentido, considerando que os surdos são visuais, mesmo quando há um intérprete em sala, o professor precisará saber quais metodologias seguir para que este aluno tenha compreensão e aprenda os conteúdos. O intérprete atua como mediador na relação professor-aluno (QUADRKARNOPP, 2002, p. 60).

Por isso, há uma necessidade evidente de formação de professores voltada à aprendizagem de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), à metodologias de ensino, à criação de desenhos, à produção coletiva, gestual e facial, utilizando-se de recursos que facilitem e inter-relacionem-se com este aluno, além do próprio processo de alfabetização em si, por ser uma língua viva está sempre em constante mudança, e que é a fonte principal de comunicação com alunos surdos.

Essa demanda não depende somente do professor, mas de todos os profissionais do sistema escolar, necessitando ter pessoas especializadas e que dominem a língua de sinais, para que se proporcionem a comunicação e interação deste aluno.

Desse modo, é necessário pensar a formação continuada de professores que atuarão com surdos, para que possam ter um suporte que os auxilie na compreensão e direcionamento do progresso desses alunos, elaborando assim planejamentos que incluam este aluno e que garantam seu aprendizado, assim como o dos demais colegas.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolveu-se a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores da rede pública de Sinop-MT. Primeiramente, houve o contato com a Secretaria de Educação para a identificação das escolas e professores que trabalhassem com alunos surdos, a qual informou que havia onze alunos surdos que frequentavam nove escolas diferentes, e que todos estavam tendo acompanhamento no CEMEIS com horários distintos à escola. Em seguida, ocorreu a visita nos ambientes escolares para conhecer os professores.

Visitei, ao todo, sete escolas, mas as entrevistas aconteceram em quatro instituições diferentes. Posteriormente, realizamos o agendamento das entrevistas, para que pudéssemos conversar sobre o assunto. Os entrevistados são professores

da rede pública de Sinop-MT que atuam em sala de aula comum, entre o terceiro e o sexto anos do ensino fundamental.

As entrevistas foram gravadas (áudio), e os professores entrevistados tiveram contato com as perguntas antes das gravações. Para tanto, assinaram termos de consentimento que me permitiram usar suas falas para a realização da pesquisa.

O roteiro de entrevista abrangeu vinte perguntas. Contudo, no presente artigo serão trabalhadas apenas quatro, considerando a relevância das mesmas em relação à discussão apresentada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na sequência, com base na coleta de dados, realizada através de entrevistas semiestruturadas, serão apresentados os resultados da pesquisa.

Pergunta um: Como ocorre essa formação para atuação com alunos surdos?

(01) Professor 1: A formação, lá no instituto com as meninas da coordenação do AEE, elas ocorrem, assim, de maneira prática, de maneira teórica, as adaptações como você deve fazer pra trabalhar com os alunos surdos.

(02) Professor 2: Na época que eu trabalhava com criança surda, é, ela ocorria semanalmente, era na secretaria de Educação, no setor de formação mesmo, com uma professora específica pra trabalhar isso, e a gente tinha um, ela tinha o auxílio de um monitor surdo, então isso facilitava bastante a nossa aprendizagem. Hoje eu acredito que ainda esteja, é, tendo esse mesmo atendimento aos professores que tem a criança surda.

(03) Professor 3: Geralmente é feito uma capacitação por um conhecedor de LIBRAS, onde é colocado pra gente os sinais, porque cada região tem o seu sinal. Isso dificulta, né? Eu nunca recebi um aluno de outro estado, mas a gente percebe nas formações que a uma diferenciação de gestos pra comunicar com eles. Então, assim, o primeiro momento é tipo assim, aprender um alfabeto em LIBRA, número em LIBRA, palavras em LIBRA, comunicação, né? Os olhos, a ele conhecer o seu corpo.

Então é assim, como se fosse uma alfabetização prum aluno surdo, mas dentro da linguagem do surdo.

(04) Professor 4: É, só uma vez por semana normalmente as aulas, que foi ano passado, esse ano não teve ainda, só LIBRAS, a teórica é por slide.

As professoras relatam que essas formações ocorrem através de aulas práticas e teóricas. Uma delas cita que a questão prática é iniciada pela aprendizagem do alfabeto, os números, e assim por diante. Vale ressaltar o quanto elas enfatizam esses encontros, e que os mesmos são ofertados por pessoas profissionais que dominam o assunto e que estão sempre dispostos a prestar amparo, mesmo que fora do período de formação.

Com base no que Falsarella (2004) traz, percebo que esses profissionais compreendem o fato de estarem sempre em aprendizagem a partir dessas formações continuadas, bem como o ato de intervirem na realidade, em suas salas de aula, após esses conhecimentos.

Na pergunta a seguir, pode-se observar como essas formações continuadas auxiliaram essas professoras em sala de aula com os alunos surdos. A alfabetização de surdos prevê que sejam utilizados alguns recursos como: desenhos, produção coletiva, produção gestual e facial, mas isso não se difere da alfabetização dos outros alunos, pois temos que utilizar de tais recursos no início da alfabetização (MEC, 2006).

Pergunta dois: As formações já adquiridas instrumentalizaram você de que forma durante o processo de ensino para com o aluno surdo em sala de aula?

(05) Professor 1: A ela veio agregar valores pra trabalhar com esses meninos, né? E, quando ela agrega, você tem um aprendizado a mais. Então, você tem uma outra forma, um outro olhar de trabalho para com essas crianças.

(06) Professor 2: Então, pra começar o entendimento mesmo, né, de todo esse processo assim da surdez, de como essas crianças aprendem, que eles são muito visuais, então me instrumentalizaram bastante, né, no meu processo ali enquanto professora de criança surda, tanto que eu consegui alfabetizar os meus alunos.

Inclusive, uma das minhas alunas, das minhas ex-alunas, foi acadêmica da UNEMAT, e hoje ela é pedagoga. Era minha aluna.

(07) Professor 3: Eu diria, assim, um direcionamento, né, porque o profissional, ele recebe a capacitação, mas ele tem que investir, ele tem que investir em momentos de estudo, ele tem que investir em momentos de é, como que eu vou te explicar, vou trabalhar uma disciplina com o aluno, eu primeiro vou ter que me capacitar, ter esse momento dos gestos. Eu adquiri esses gestos pra eu poder passa pra ele, e isso é um tempo árduo, porque as vezes no dia-a-dia não dá, tem que abrir mão do seu horário em casa pra você se capacitar porque senão você não consegue.

(08) Professor 4: A várias coisas né que eu não sabia, como os sinais, lidar com essas crianças, aí eu aprendi os sinais, aprendi que a gente tem que mostrar muita figura, muitas imagens pra ele que é bem visual mesmo, bem visual.

As entrevistadas dizem que essas formações instrumentalizaram desde o entendimento sobre o que é surdez até aos métodos que devem utilizar a Língua Brasileira de Sinais, considerando o fato de eles serem muito visuais. Os professores mencionam sua aprendizagem e sua preocupação em se capacitar e se adaptar para melhor receber e atuar com alunos surdos.

Com base no pensamento da autora Falsarella (2004), podemos observar que as formações e compreensão das professoras são positivos em relação a aprimorar suas metodologias, seus planejamentos, tudo para que haja inclusão e um bom desenvolvimento desse aluno e de toda a turma.

Pergunta três: O tempo de duração dessas formações é o suficiente para sua compreensão? Você acha que deveria ter mais ou menos encontros formativos?

(09) Professor 1: Mais a prática, porque eles não são muito da questão teórica, entendeu? Só que, assim, você tem que trabalhar as duas coisas, tanto com os meninos autistas, os deficientes intelectuais, tem que entender que eles precisam de teoria, que eu sempre coloco que teoria e prática têm que caminhar juntas. Mas assim, pela minha experiência com o pessoal que a gente já conviveu muito na igreja, eles

gostam mais da prática, mas, você também tem que ir dando uma entrada de mansinho sobre a teoria. Por exemplo, o AVD, atividade de vida diária, você trabalha coisa, como a gente trabalhava com os meninos aqui, é questão da higienização, a questão de casa, como se comportar, até questão da higienização desde a parte do dente, de lavar o tênis, a parte do vestuário, de como vestir, porque às vezes eles vestem virado, trocado, o abotoar, o amarrar, fora assim, outras coisas, o comer, como comer, como se higienizar após o lanche na escola.

(10) Professor 2: Eu acho que não tem como a teoria andar, né, distante da prática, as duas situações, porque também só essas oficinas que muitos educadores acham que é a prática né, não supre a necessidade, você tem que se aprofundar né, nas pesquisas mesmo, no que tem aí de teoria. Nós temos bastante teóricos já nessa área, que antes era bem mais difícil. Hoje a gente já tem uma gama de teorias aí e eu acho que a gente tem que procurar fazer as duas, né, conhecer as duas situações. Ah, então, como falei as oficinas, de como ensinar mesmo a linguagem textual dos surdos, né, se eu for trabalhar, se eu for hoje falar disso em forma de oficina para os professores pra facilita como ensinar língua portuguesa pro surdo, por exemplo, num encontro pontual assim, né, eu sei que iria sim clarear algumas coisas para o professor, para os profissionais, mas, o professor depois também, iria ter que se aprofundar, claro que aquilo iria auxiliar, mas, o professor precisa se aprofundar nas teorias.

(11) Professor 3: Prática. Como trabalhar um conteúdo, vamos supor, introduzir o conceito da matemática pro surdo.

(12) Professor 4: Práticas. De como lidar mesmo com a criança em sala de aula, como que eu vou ensinar a ler e escrever. Isso que a gente tem bastante dúvida.

Duas das professoras entrevistadas dizem ser tempo suficiente, e também deixam claro que possuem facilidade em aprender LIBRAS. Já as demais dizem ser insuficiente, por não conseguirem dominar todos os sinais e que, ao terminarem essas formações, não se sentem prontas para enfrentar uma sala de aula. Também apontam que surgem dúvidas a todo momento, e que não conseguem responder

adequadamente este aluno por falta de conhecimento sobre determinados sinais. E todas concordam que deveria ter mais encontros formativos.

Como podemos observar, a formação continuada ofertada pela rede pública pode ser suficiente desde que os profissionais possuam facilidade ao aprender e trabalhar outra língua, mas, não dispensam novos encontros formativos para melhorar e prepará-los para adentrar a sala de aula com domínio total da LIBRAS, principalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar a formação continuada de professores que atuam com alunos surdos. O objetivo direcionou-se a compreender esse processo de formação ofertada para os professores e como eles analisam essa contribuição para sua vida profissional.

De acordo com a análise das entrevistas realizadas com professores do ensino público do município de Sinop-MT, conclui-se que o município oferece uma formação continuada para os professores de forma semanal, com aulas práticas, teóricas, acompanhamento nas salas de aula e amparo extra quando a dúvidas dos profissionais.

Portanto, identifica-se que a uma cobrança por mais encontros formativos e que desenvolva mais questões práticas, para que tenham domínio da LIBRAS ou metodologias inclusivas e interativas dos estudantes surdos com os demais colegas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização surdez. 4. ed. . Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série : Saberes e práticas da inclusão) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] / elaboração prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e prática de sala de aula**: os efeitos da formação continuada na atuação do professor. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção formação de professores).

LOPES, Maura Corcini. **(Im)possibilidade de pensar a inclusão**. In: XXX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped), GT Educação Especial (15), Caxambu, 2007. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT15-3203--Int.pdf>. Acesso em 6 out. 2022.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos, Porto Alegre: Artmed, 2004.

VITORINO, A. F.; SOUZA, R. D. C. S. **Educação bilíngue**: o desdobramento das práticas pedagógicas com alunos surdos/ Anderson Francisco Vitorino; Rita de Cácia Santos Souza. – Aracaju: Criação, 2020.

Recebido em: 18 de outubro de 2022.

Aprovado em: 23 de novembro de 2022.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/10535/7303>

ⁱ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN). Sinop Mato Grosso Brasil.
E-mail: carolina.bilheri@unemat.br.